

PRESIDÊNCIA

Expediente de 03/08/2017

- PLANO ANUAL DE AUDITORIA - PAA NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO EXERCÍCIO 2017

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria do Núcleo de Controle Interno – PAA/NCI estabelece o planejamento das atividades de auditoria no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima para o exercício 2017.

A auditoria tem por objetivo primordial identificar e avaliar os resultados operacionais na gerência da coisa pública e o seu exercício observará os aspectos relevantes relacionados à avaliação dos programas de gestão.

A finalidade básica da Auditoria é realizar exames para comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística.

Por meio das ações previstas no PAA/NCI serão feitas verificações e avaliações dos sistemas e procedimentos organizacionais utilizados nas atividades administrativas do TJ/RR.

A seleção das áreas e dos processos auditados levou em consideração aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade, criticidade e risco, bem como as metas traçadas no Plano Plurianual, no Planejamento Estratégico e no Plano de Gestão do TJRR.

As ações empreendidas pelo Núcleo de Controle Interno no exercício de seu mister típico respeitam fases próprias dos trabalhos de auditoria, correspondentes a: planejamento, execução, comunicação e monitoramento, as quais integrarão projeto de formalização do respectivo fluxograma, normatização dos procedimentos e elaboração de modelos de suas respectivas peças.

No processo de aprimoramento das ações de controle, com vistas a lhes imprimir caráter técnico e efetivo, adotou-se como rotina obrigatória o procedimento de monitoramento.

2. ATIVIDADES DE AUDITORIA

2.1 AUDITORIA ESPECIAL

São auditorias solicitadas diretamente pela alta administração ou nas ações coordenadas pela Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Para o exercício de 2017 não foi planejada pelo CNJ nenhuma **Ação Coordenada de Auditoria**.

2.2 AUDITORIAS DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

Tem por objetivo emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificando a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, governança de TI, riscos, resultados, bem como a probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do Tribunal, compreendendo os seguintes aspectos a serem observados:

- a) documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos;
- b) existência física de bens e outros valores;
- c) eficiência dos sistemas de controles internos administrativo e contábil; e
- d) cumprimento da legislação e normativos.

Em 2017 será realizada Auditoria de Acompanhamento de Gestão na seguinte área e abrangência:

2.2.1 Prestação de Contas de 2016

Compreende a análise dos documentos que integram a Prestação de Contas do TJRR e do FUNDEJURR no tocante ao cumprimento das metas e objetivos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, abrangendo a execução orçamentária, financeira e contábil, adequação e legitimidade dos gastos realizados no período, relativos ao orçamento aprovado e a compatibilidade dos mesmos à execução do Plano Diretor do Poder Judiciário, bem como os resultados alcançados quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia na gestão dos recursos e sua avaliação com base em indicadores de desempenho válidos e confiáveis, em atendimento às normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

2.3 AUDITORIAS DE NATUREZA OPERACIONAL (ANOp)

Têm por objetivo avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional ou parte dele, com a finalidade de certificar a efetividade e oportunidade dos controles internos e apontar soluções alternativas para a melhoria do desempenho operacional. Sua abordagem é de apoio e procura auxiliar a administração na gerência e nos resultados por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos e controles.

Em 2017 serão realizadas auditorias de natureza operacional (ANOp), nas seguintes áreas e abrangência:.

2.3.1 Passivos

O objetivo desta auditoria é identificar os passivos trabalhistas do Tribunal e sugerir uma metodologia de gestão que defina critérios de controle.

2.3.2 Registro de Preços

Analisar os valores contratados e licitados pelo Tribunal frente aos preços praticados no mercado. O objetivo é observar a atuação dos controles internos da unidade responsável pela composição dos preços e aferir se os preços licitados e contratados são condizentes com a realidade, ou seja, encontram-se dentro de um padrão aceitável.

2.3.3 Segurança de TI

Avaliar e estimular a utilização de políticas de Segurança capazes de garantir/preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações geridas pelo Tribunal. O objetivo é identificar os riscos de acordo com a relevância, materialidade e criticidade e submetê-los ao devido tratamento, observando os seguintes pontos:

- Organização da Segurança da Informação;
- Gestão de Ativos;
- Segurança dos Recursos Humanos;
- Segurança física do Data Center;
- Gerenciamento de mudanças;
- Controle de acesso;
- Gerenciamento de incidentes;

2.4 AUDITORIA DE CONFORMIDADE

É o instrumento de fiscalização cujo objetivo é o exame dos atos e fatos da gestão com vistas a certificar, exclusivamente, a observância às normas em vigor.

Em 2017 não serão realizadas Auditorias de Conformidade:

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

As equipes de auditoria atuarão de acordo com as normas de Auditoria Governamental, Resolução n.º 171/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1 FASES DE AUDITORIA

As auditorias previstas neste plano devem observar as seguintes fases:

a) Planejamento: será realizado o levantamento de dados, legislação aplicável e informações necessárias para conhecer o objeto da auditoria e sua complexidade e, a partir daí, definir a extensão dos exames, metodologia, técnicas e a natureza dos trabalhos a serem executados. Será verificado, se for o caso, a implementação de recomendações sugeridas nas auditorias já realizadas sobre a matéria.

Ainda nessa etapa serão elaboradas as Matrizes de Planejamento e de Procedimentos que nortearão a fase de execução dos trabalhos.

b) Execução: na fase de execução dos trabalhos, também conhecida como trabalho de campo, busca-se reunir evidências confiáveis, relevantes e úteis por meio de técnicas de entrevistas e exames documentais onde são coletados dados sobre os pontos fortes, falhas e irregularidades.

c) Relatório: nesta etapa, serão informados os achados de auditoria que decorrem da comparação entre a situação encontrada com o critério estabelecido, comprovados por evidências e documentados por meio dos papéis de trabalho. Os achados de auditoria deverão, por consequência, ocasionar recomendações, determinações ou reconhecimento de boas práticas às áreas auditadas e encaminhadas ao monitoramento.

3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A seleção das amostras levará em consideração os critérios da materialidade, relevância, criticidade e risco, sendo que:

a) Materialidade: representa o montante de recursos orçamentários ou financeiro-materiais alocados e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos em um específico ponto de controle, (unidade administrativa, sistema, contrato, atividade ou ação) objeto de exames de auditoria.

b) Relevância: significa a importância ou papel desempenhado por uma questão, situação ou unidade administrativa em relação à atividade finalística do Tribunal.

c) Criticidade: representa as situações críticas efetivas ou potenciais a serem controladas, identificadas em uma unidade organizacional. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos operacionais latentes etc.

d) Risco: possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

4. EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica do Núcleo de Controle Interno está apresentada no Anexo II de Plano, e na execução da atividade de Auditoria, serão formadas equipes, agrupadas de acordo com suas habilidades e dimensão do objeto a ser auditado.

5. CRONOGRAMA

Os trabalhos inerentes a este PAA serão desenvolvidos nos períodos definidos no cronograma apresentado no Anexo III.

ANEXO II

Equipe Técnica do Núcleo de Controle Interno

Unidade	Servidores	Cargo	Formação
Núcleo de Controle Interno	Tainah Westin de Camargo Mota	Coord. de Núcleo	- Bel. em Administração
	Larissa Lima Silva	Chefe de Gabinete	- Bel. em Direito
Escritório de Auditoria	Luan de Araújo Pinho	Chefe de Escritório	- Bel. em Ciências Contábeis
	Ediel Pessoa da Silva Junior	Analista Judiciário - Análise de Sistemas	- Tec. Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Escritório de Acompanhamento de Gestão	Bruna Stephanie de Mendonça França	Chefe de Escritório	- Bel. em Direito

ANEXO III – A

Cronograma Geral - Plano Anual de Auditoria – 2017

ITEM	ATIVIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1.1	Auditoria de Acompanhamento de Gestão Área: Prestação de Contas 2016												
1.2	Auditoria de Natureza Operacional Área: Registro de Preços												
1.3	Auditoria de Natureza Operacional Área: Segurança de TI												
1.4	Auditoria de Natureza Operacional Área: Passivos												

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente